

Evolua Energia Operacional 2 SPE Ltda.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1 CONTEXTO OPERACIONAL	9
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS ADOTADAS	9
3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	13
4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS	20
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
6 FUNDOS VINCULADOS	21
7 CONTAS A RECEBER	21
8 IMPOSTOS A RECUPERAR	22
9 PARTES RELACIONADAS	22
10 ATIVO DE DIREITO DE USO	23
11 IMOBILIZADO	24
12 INTANGÍVEL	24
13 FORNECEDORES	25
14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25
15 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	28
16 PASSIVO DE ARRENDAMENTO	28
17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29
19 CUSTOS OPERACIONAIS	29
20 DESPESAS OPERACIONAIS	30
21 RESULTADO FINANCEIRO	30
22 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS	30
23 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	30
24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	33
25 COBERTURA DE SEGUROS	34



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Quotistas e Diretores da
Evolua Energia Operacional 2 SPE Ltda.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evolua Energia Operacional 2 SPE Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Daniel Cruz Arantes Campos'.

Daniel Cruz Arantes Campos
Contador CRC MG-091263/O

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	141	5.361	Fornecedores	13	918	132
Aplicações financeiras vinculadas	6	12	60	Empréstimos e financiamentos	14	8.196	3.424
Contas a receber	7	1.787	-	Obrigações tributárias	15	447	18
Impostos a recuperar	8	263	20	Passivo de arrendamento	16	640	22
Adiantamentos		61	393				
Despesas antecipadas		5	-				
Total do ativo circulante		2.269	5.834	Total do passivo circulante		10.201	3.596
Partes relacionadas	9	5.496	-	Partes relacionadas	9	2.707	-
Fundos vinculados	6	4.409	63.728	Empréstimos e financiamentos	14	96.324	94.726
Ativo de direito de uso	10	4.917	1.591	Passivo de arrendamento	16	4.483	1.572
Imobilizado	11	157.957	63.796	Total do passivo não circulante		103.514	96.298
Intangível	12	3.775	3.778	Patrimônio Líquido	17		
Total do ativo não circulante		176.554	132.893	Capital social		62.430	5
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	40.008
				Reserva de lucros		2.678	-
				Prejuízos acumulados		-	(1.180)
				Total do patrimônio líquido		65.108	38.833
Total do ativo		178.823	138.727	Total do passivo e patrimônio líquido		178.823	138.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	9.339	-
Custos operacionais	19	<u>(341)</u>	<u>-</u>
Lucro Bruto		<u>8.998</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais	20	<u>(5.192)</u>	<u>(1.181)</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>3.806</u>	<u>(1.181)</u>
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		740	88
Despesas financeiras		<u>(688)</u>	<u>(87)</u>
		<u>52</u>	<u>1</u>
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		<u>3.858</u>	<u>(1.180)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		<u>3.858</u>	<u>(1.180)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	3.858	(1.180)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>3.858</u>	<u>(1.180)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital		5				5
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.2	-	40.008			40.008
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.180)	(1.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>5</u>	<u>40.008</u>	<u>-</u>	<u>(1.180)</u>	<u>38.833</u>
Integralização de capital	17.2	62.425	(62.425)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.2	-	22.417			22.417
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.858	3.858
Destinação do lucro				2.678	(2.678)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>62.430</u>	<u>-</u>	<u>2.678</u>	<u>-</u>	<u>65.108</u>

Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		3.858	(1.180)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e Amortização	11 e 12	119	-
Juros sobre financiamentos	14	14.798	2.315
Amortização de ativo de direito de uso	10	195	-
Ajuste ao valor presente de arrendamentos	16	614	86
		<u>19.584</u>	<u>1.221</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais :			
(Aumento) Redução dos ativos			
Contas a receber	7	(1.787)	-
Despesas pagas antecipadamente		(5)	-
Impostos a recuperar	8	(243)	(20)
Adiantamentos		332	(393)
Aumento/(redução) dos passivos			
Fornecedores	13	786	132
Obrigações tributárias	15	429	18
Juros pagos sobre arrendamento	16	(44)	(10)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	(9.465)	(1.321)
		<u>9.587</u>	<u>(373)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	11	(94.277)	(63.796)
Aquisições de intangível	12	-	(3.778)
		<u>(94.277)</u>	<u>(67.574)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.2	22.417	40.008
Contas a receber com partes relacionadas	9	(2.789)	-
Captação de certificados de recebíveis imobiliários	14	-	102.000
Custos de captação certificados de recebíveis imobiliários	14	4.473	(4.473)
Pagamento principal certificados de recebíveis imobiliários	14	(3.436)	(371)
Pagamentos de arrendamentos	16	(562)	(73)
Valores resgatados de/(aplicados) em fundos vinculados, líquido	6	59.367	(63.788)
		<u>79.470</u>	<u>73.303</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos			
Diminuição/Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(5.220)	5.356
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>5.361</u>	<u>5</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>141</u>	<u>5.361</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A Evolua Energia Operacional 2 SPE Ltda. (doravante referida também como "EVOLUA" ou "Companhia") é uma sociedade empresária limitada de capital fechado, constituída em 18 de fevereiro de 2021, sob a denominação social de Evolua Energia Nova Ponte SPE Ltda. e posteriormente alterada para a denominação atual na 1ª alteração contratual da Companhia de 29 de junho de 2021. A Companhia é localizada na Rua Levindo Lopes, nº 357, 8º andar, bairro Savassi, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.140-171.

A Companhia é controlada pela Evolua Energia Participações S.A. (controladora).

A Companhia tem como objeto social: (i) a locação de máquinas e equipamentos elétricos, painéis solares, entre outros; (ii) a prestação de serviços auxiliares de consultoria técnica na área de energia elétrica e serviço de engenharia; (iii) a elaboração de projetos, bem como homologação junto às concessionárias de energia elétrica, de sistema de geração de energia fotovoltaica; e (iv) a prestação de serviços de instalação, operação e manutenção de equipamentos solares.

A Companhia está no setor de geração distribuída, com foco na geração compartilhada para seus clientes (pessoa física e/ou pessoa jurídica) que se integram através de um consórcio ou cooperativa.

1.2 Projetos de Geração Distribuída

Etapas do Projeto	UFV Manga	UFV Montes Claros IV	UFV Montes Claros V	UFV Sete Lagoas	UFV São Francisco
Município	Manga/MG	Montes Claros/MG	Montes Claros/MG	Sete Lagoas/MG	São Francisco/MG
Potência (MW)	2	3,5	4,4	4	2,7
Data Energização	fev/24	mar/24	abr/24	abr/24	out/23
Data CAP (Certificado de Aceite Provisório)	mar/24	abr/24	mai/24	mai/24	dez/23
EPCista UFV	Alexandria	Alexandria	Enerside	Enerside	Enerside
EPCista Conexão	CEMIG	MBA	REMO	CSM	MBA

2 Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis materiais adotadas

2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 26 de março de 2024.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação em contrário.

2.2 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a. IFRS 17 - Contratos de seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente

para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

d. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

e. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano..

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Companhia não espera efeitos relevantes para as referidas normas.

a. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir

renegociação.

c. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 **Resumo das principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. **Instrumentos financeiros**

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial:**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos

financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo

O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) *Custos de empréstimos*

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

(iii) *Custos subsequentes do ativo imobilizado*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) *Depreciação*

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e após a emissão dos certificados de aceite provisório - CAP. Em 31 de dezembro de 2023 está reconhecida apenas a depreciação referente a UFV São Francisco, pois os outros ativos ainda estão em construção.

d. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A vida útil estimada do ativo intangível, conforme contrato de arrendamento de superfície, é a seguinte:

Todos os projetos mencionados no item 1.2 possuem vida útil estimada de 25 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Ainda não foi iniciada a amortização do ativo intangível, uma vez que a construção da Central Geradora Fotovoltaica (UFV) está em andamento.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo contas a receber:
A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, parte substancial de suas contas a receber são com partes relacionadas

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas devem ser estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito devem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas devem ser descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

(ii) Ativos não financeiros

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Empréstimos e financiamentos**Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI**

Consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. A remuneração dos CRIs, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRIs desde a data de emissão dos CRIs, é composta por juros remuneratórios de IPCA + 9,75% a.a.. O prazo de vencimento dessa emissão é em outubro de 2032.

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia avalia que os contratos com prazo inferior a 12 meses e os contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não contém um arrendamento.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer

custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de incremental definida da Companhia.

i. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

j. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor presente pela prestação de serviço. A receita é reconhecida quando da prestação dos serviços, os quais são medidos em bases mensais.

Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Serviços ou produtos determinados através da prestação de serviços mensal; (ii) Preços determinados em contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

I. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4 Estimativas e julgamentos contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

- a) Vida útil do ativo imobilizado e intangível
- b) Taxa incremental dos contratos de arrendamento

A Administração da Companhia realiza anualmente a revisão da vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado e intangível.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	141	5.361
	<u>141</u>	<u>5.361</u>

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remuneradas a taxas de 99% do Certificado de Depósito

Interbancário – CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2022) e prontamente resgatáveis sem mudança significativa de valor.

6 Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários celebrados junto a True Securitizadora S.A. em 11 de outubro de 2022 e correspondem aos fundos listados abaixo, mediante a retenção de recursos do preço de aquisição, em conta destinada para este fim:

Fundo de Liquidez: montante inicial foi constituído equivalente a R\$ 11.919, que deverá ser mantido até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, após o valor dos recursos disponíveis dever ser no montante mínimo das 3 próximas parcelas vincendas de amortização programada e remuneração do CRI até a liquidação integral do CRI.

Fundo de Despesas: montante inicial de R\$ 60 atualizado pela variação anual do IPCA a partir da data de emissão do CRI, devendo ser mantido o valor mínimo de R\$ 35, referente a recursos correspondentes ao pagamento das despesas recorrentes relacionadas ao Patrimônio Separado dos CRI ao longo de todo o prazo de vigência dos CRI.

Fundo de Obras: montante referente a retenção de recursos do Preço de Aquisição em conta centralizadora da True Securitizadora S.A. Desde que atendidas as condições de liberação, os recursos do fundo de obras serão liberados pela True à Evolua, mediante solicitação da mesma e envio de documentos fiscais e relatório elaborado discriminando a identificação de todos os custos e despesas pagos pela aquisição de equipamentos e/ou pela contratação de serviços de construção, implantação, operação e/ou manutenção.

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de despesas	12	60
Fundo de obras	-	51.809
Fundo de liquidez	4.409	11.919
	4.421	63.788
Circulante	12	60
Não circulante	4.409	63.728

7 Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Aluguel a receber	1.787	-
	1.787	-

O saldo de contas a receber da Evolua Operacional 2 refere-se ao arrendamento das UFVs próprias para a Cooperativa Evolua Minas. O contrato de arrendamento contempla as UFVs de Montes Claros IV e V, São Francisco, Sete Lagoas e Manga, todas vinculadas ao CRI

97. O pagamento ocorre sempre todo dia dez do mês subsequente ao registro do arrendamento.

8 Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Pis a recuperar	2	-
COFINS a recuperar	9	-
INSS a recuperar	9	-
ISS a recuperar	2	-
IRRF a recuperar	168	20
Imposto de renda a recuperar	48	-
Contribuição social a recuperar	25	-
Total	263	20

9 Partes relacionadas

	Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não circulante			
Cooperativa Evolua Minas (a)	Repasse	5.496	-
		5.496	-
Passivo não circulante			
Evolua Energia Participações S.A. (b)	Reembolso de gastos	2.707	-
		2.707	-

(a) Refere-se basicamente ao repasse da Cooperativa Evolua Energia do valor mensal para o cumprimento do serviço da dívida, quando o valor dos recebimentos vinculados ao contrato do CRI não são suficientes para cobrir o saldo a pagar;

(b) O montante de R\$ 2.707 refere-se a pagamentos efetuados pela Controladora a fornecedores das usinas fotovoltaicas.

9.1 Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 7 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022) a partir dos critérios de rateio determinados pelo Grupo para as despesas de remuneração da Administração.

10 Ativo de direito de uso

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados aos direitos de superfície vinculados as Usinas Fotovoltaicas.

De acordo com o CPC 06 (R1), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

Dos contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Companhia definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto desses contratos a taxa efetiva de juros de suas captações dos certificados de recebíveis imobiliários, prontamente observáveis, a taxa adotada pela Companhia é 13,63% a.a. (13,63% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

A vida útil dos direitos de uso é de 20 anos, que corresponde ao tempo de duração dos contratos de arrendamento.

	Ativo de direito de uso - terrenos
Em 31 de dezembro de 2021	-
Adições	1.618
Amortizações	(27)
Em 31 de dezembro de 2022	1.591
Adições	3.521
Amortizações	(195)
Em 31 de dezembro de 2023	4.917

Matrícula	Início	Prazo (meses)	Valor da Parcela (R\$ mil)	Índice de atualização	Taxa de Desconto	Mês atualização
Matrícula 97.121	ago/21	240	3.500	1,07%	14,24%	Setembro
Matrícula 25.835	fev/22	240	14.658	1,07%	14,24%	Maio
Matrícula 35.760	fev/22	240	5.289	1,07%	14,24%	Fevereiro
Matrícula 92.929	ago/21	240	3.173	1,07%	14,24%	Fevereiro
Matrícula 21.978	ago/21	240	4.407	1,07%	14,24%	Fevereiro
Matrícula 57.592	fev/22	240	4.317	1,07%	14,24%	Fevereiro
Matrícula 96.349	mar/22	240	15.930	1,07%	14,24%	Junho

11 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Em serviço		Imobilizado em curso			Total
	Máquinas e Equipamentos	Ativos a imobilizar	Adiantamentos a fornecedores	Capitalização encargos financeiros, líquidos(a)		
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-
Adições	-	2.262	57.476	4.058		63.796
Em 31 de dezembro de 2022	-	2.262	57.476	4.058		63.796
Adições	-	52.660	22.841	18.776		94.277
Transferência para serviço	24.427	(18.924)	-	(5.503)		-
Depreciação	(116)	-	-	-		(116)
Em 31 de dezembro de 2023	24.311	35.998	80.317	17.331		157.957

- (a) De acordo com as normas contábeis vigentes a Companhia está capitalizando os custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição e construção da planta, correspondentes aos encargos financeiros vinculados aos certificados de recebíveis imobiliários, deduzidos dos rendimentos de aplicações de investimentos temporários realizados pelos fundos vinculados.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de *impairment*, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização dos ativos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e após a emissão dos certificados de aceite provisório – CAP.

12 Intangível

	Em serviço			Em curso			Total
	Projeto São Francisco	Projeto Montes Claros IV	Projeto Montes Claros V	Projeto São Francisco	Projeto Sete Lagoas	Projeto Manga	
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	27	1.320	891	940	600	3.778
Em 31 de dezembro de 2022	-	27	1.320	891	940	600	3.778
Transferência para serviço	891	-	-	(891)	-	-	-
Amortização	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Em 31 de dezembro de 2023	888	27	1.320	-	940	600	3.775

O ativo intangível é analisado para verificar a existência de indicadores de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou a existência de indicadores que pudessem indicar a desvalorização. A totalidade do intangível da Companhia está em curso e refere-se aos pareceres de acesso. Pelo fato de estarem em fase de implantação, ainda não foi iniciada a amortização. A seguir um resumo dos pareceres de acesso:

Projeto	Potência (MW)	Concluído	Expectativa Conclusão	Vida Útil
UFV Manga	2	-	fev/24	25
UVF Montes Claros IV	3,5	-	mar/24	25
UFV Montes Claros V	4,4	-	abr/24	25
UFV Sete Lagoas	4	-	abr/24	25
UFV São Francisco	2,7	out/23	-	25

13 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e Serviços	918	132
	918	132

14 Empréstimos e financiamentos

Em outubro de 2022, foi realizada a 2ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) no montante de R\$ 102.000, disponibilizados em caixa para a Companhia. A referida emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM 476, com vencimento em outubro de 2032 e taxa remuneratória de juros de IPCA + 9,75% a.a. A movimentação durante o exercício foi, conforme abaixo:

Movimentação do exercício	Circulante	Não circulante	Total
Captação de financiamentos	-	102.000	102.000
Custos captação	-	(4.473)	(4.473)
Transferência principal para circulante	3.424	(3.424)	-
Juros incorridos	-	2.315	2.315
Amortização principal	-	(371)	(371)
Amortizações juros	-	(1.321)	(1.321)
Em 31 de dezembro de 2022	3.424	94.726	98.150
Movimentação do exercício	Circulante	Não circulante	Total
Custos captação	-	4.473	4.473
Transferência principal para circulante	4.772	(4.772)	-
Juros incorridos	-	14.798	14.798
Amortização principal	-	(3.436)	(3.436)
Amortizações juros	-	(9.465)	(9.465)
Em 31 de dezembro de 2023	8.196	96.324	104.520

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:



- Não realizar qualquer ato que possa resultar na redução dos créditos imobiliários;
- informar a Cessionária sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Recompra Compulsória no prazo de um dia útil a partir da data do ocorrido;
- manter a cessionária informada de qualquer fato ou ato que possa alterar alguma informação já previamente informada;
- enviar a contratação dos seguros pré-operacionais em até 10 dias da sua contratação;
- providenciar o registro e o aperfeiçoamento das garantias nos prazos pré-estabelecidos;
- garantir que os equipamentos referentes às centrais (trackers, inversores e módulos) adquiridos pela Evolua ou pelo contratado EPC tenham garantias;
- pagamentos de partes relacionadas realizados antes do período de completion financeiro deverão ser respaldados de orçamento;
- manter toda estrutura de documentos necessários para assegurar as condições de operação e funcionamento;
- manter atualizados os registros societários e contábeis, seguindo as normas amplamente utilizadas no Brasil;
- permitir a qualquer momento e na periodicidade que a cedente julgar necessária a averiguação das instalações físicas e dos registros contábeis respeitando os prazos de solicitação;
- não praticar nenhum ato em desacordo com os atos constitutivos com os documentos de operação;
- não realizar nenhuma operação fora do seu objeto social;
- comparecer sempre que solicitado às assembleias gerais dos titulares do CRI;
- realizar os pagamentos de todos os tributos federais, estaduais e municipais, salvo os que tiveram efeito suspensivo de forma administrativa, ou aqueles que estão sendo provisionados de acordo com a classificação de risco adequada;
- notificar a cedente com o prazo máximo de 5 dias úteis a ciência de qualquer alteração substancial financeira ou operacionalmente que impacte as atividades da Companhia;
- contratar e manter contratado os prestadores de serviço inerentes às obrigações do contrato de cessão e dos documentos operacionais;
- cumprir as leis socioambientais;
- cumprir e fazer cumprir as leis anticorrupção por suas filiais, funcionários e administradores;
- não utilizar os recursos captados direta ou indiretamente em atos que violem a lei anticorrupção ou leis socioambientais;
- não assumir qualquer obrigação com o mercado financeiro ou de capitais cujo valor original ou agregado seja superior a R\$5.000 (cinco milhões de reais) ou equivalente em outras moedas exceto por aporte de acionista ou mediante autorização dos titulares do CRI;
- enviar à Cessionária e com cópia para o Agente Fiduciário qualquer tipo de movimentação de retirada de dividendo ou de juros pelos sócios da companhia, inclusive a distribuição obrigatória conforme lei;
- enviar à Cessionária e com cópia para o Agente Fiduciário qualquer tipo de movimentação de pagamento de qualquer aporte ou mútuo de acionistas;
- enviar à Cessionária e com cópia para o Agente Fiduciário qualquer tipo de movimentação de redução de capital social ou de pagamento de AFAC;
- fornecer informação exigida pela regulamentação aplicável aos agentes envolvidos como União e Governo, investidores e funcionários;
- nenhum consorciado ou cooperado poderá ter mais de 2% (dois por cento) da capacidade total de 21,91 MWp, exceto que possua classificação de risco superior a A3/A-/A- ou equivalente atribuída pelas agências Moody's, S&P e Fitch. Nesse caso, o consorciado ou cooperado poderá ter até 20% da capacidade total;



- durante toda a vigência do contrato, enviar mensalmente o “Relatório Mensalista” indicando:
- o volume de geração da central, juntamente com o boleto de CUSD e CCER com o comprovante de pagamento;
- a proporção de energia alocada aos contratantes;
- a partir de 31 de agosto de 2023, enviar mensalmente a cópia do Balanço Patrimonial não auditado e ou revisado, e a respectiva memória de cálculo da ISCD2;
- a partir da assinatura do contrato, enviar no prazo máximo de 45 dias ao final de cada semestre que finda em 30 de junho, a cópia do balanço patrimonial não auditado ou revisado, juntamente com a memória de cálculo do ICSD 1 e do ICSD 2;
- a partir da assinatura do contrato, enviar no prazo de 90 dias após o encerramento do exercício em 31 de dezembro a cópia do balanço patrimonial auditado por uma das Companhias de auditoria autorizadas: Deloitte, PriceWaterhouseCoopers, Ernst & Young, KPMG, Grant Thornton, BDO, RSM, Crowe Horwath, Nexia International, PP&C auditores independentes ou Baker Tilly e a memória de cálculo ICSD 1 e do ICSD 2 juntamente com o parecer do auditor validando os cálculos;
- manter e fazer com que as devedoras mantenham durante a vigência do contrato, o Agente Administrativo devidamente cadastrado;
- manter e fazer com que as devedoras mantenham durante a vigência do contrato, o contrato de administração das contas vinculadas e QMM vigentes e operacionais;
- cumprir todas as condições para a liberação do fundo de obras no prazo de 90 dias contados a partir da data de integralização do CRI;
- exclusivamente até a ocorrência do completion físico enviar mensalmente um relatório com o cronograma físico-financeiro das obras das centrais individualmente, contemplando os detalhes de progresso;
- enviar a Cessionária todas as informações requeridas pelos titulares do CRI que representem no mínimo 25% no prazo de até 10 dias úteis;
- sem prejuízo das obrigações previstas, a Cedente obriga-se a efetuar o pagamento de todos e custos, taxas, emolumentos e despesas decorrentes do CRI como Títulos Verdes, incluindo a remuneração do Agente de Avaliação Externa.

A Companhia cumpriu com as cláusulas restritivas do contrato em 31 de dezembro de 2023.

A amortização do valor principal ocorre mensalmente em 120 parcelas mensais e consecutivas, e teve início em novembro de 2022. Os recursos oriundos dos certificados de recebíveis imobiliários ingressaram no caixa da Companhia em 25 de outubro de 2022.

A seguir são apresentados os vencimentos das amortizações de principal:

Exercício	R\$
2024	8.196
2025	11.721
2026	10.794
2027	10.973
2028	12.239
2029	14.313
2030	15.839
2031	17.410
2032	3.035
	<hr/>
	104.520
	<hr/>

15 Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Pis a recolher	61	-
COFINS a recolher sobre receita	279	1
ISS a recolher	37	8
INSS a recolher	53	-
IRRF a recolher	8	4
CSRF a recolher	9	5
	<u>447</u>	<u>18</u>

16 Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contratos vigentes de arrendamento de superfície de terrenos que serão utilizados para geração de energia fotovoltaica. Ao longo do exercício de 2022 a controladora da Companhia, Evolua Energia Participações S.A., transferiu os contratos de arrendamento celebrados inicialmente por ela para a Companhia. Esses contratos de locação, preveem pagamentos de aluguel fixo e mensal e foram enquadrados como passivo de arrendamento conforme CPC 06 (R2). Os valores dos contratos são reajustados anualmente de acordo com a variação do índice IGPM/FGV. A Companhia não possui contratos de arrendamento de baixo valor, aluguéis variáveis e com prazo inferior a doze meses.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Passivo de arrendamento - Terrenos	684	224
(-) Ajuste a valor presente	<u>(44)</u>	<u>(202)</u>
	<u>640</u>	<u>22</u>
Não circulante		
Passivo de arrendamento - Terrenos	15.645	4.998
(-) Ajuste a valor presente	<u>(11.162)</u>	<u>(3.426)</u>
	<u>4.483</u>	<u>1.572</u>
Total	<u>5.123</u>	<u>1.594</u>

A movimentação do passivo de arrendamento durante o exercício é como segue:

	Arrendamento
Em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>
Adições	1.581
Pagamentos de arrendamentos	(73)
Ajuste a valor presente	<u>86</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>1.594</u>
Adições	3.521
Pagamentos de arrendamentos	(562)
Pagamento de juros	(44)
Ajuste a valor presente	<u>614</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>5.123</u>

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Sócio	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de cotas	Capital Subscrito R\$	%	Quantidade de cotas	Capital Subscrito R\$	%
Evolua Energia Participações S.A.	62.430.206	62.430	100	500	5	100
	<u>62.430.206</u>	<u>62.430</u>	<u>100</u>	<u>500</u>	<u>5</u>	<u>100</u>

O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 62.430 (R\$5 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 62.430.206 (sessenta e dois milhões. Quatrocentos e trinta mil e duzentos e seis) cotas no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalmente detidas pela sócia Evolua Energia Participações S.A.

17.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

A a controladora da Companhia efetuou adiantamentos para futuro aumento de capital através de aportes que totalizam R\$ 22.417 em 31 de dezembro de 2023 e R\$40.008 em 31 de dezembro de 2022. Esses aportes foram efetuados de forma irrevogável e irreatável. Todos os valores de adiantamentos para futuro aumento de capital foram integralizados ao capital social em 20 de dezembro de 2023.

18 Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida é composta por arrendamentos e aluguéis de UFVs e terrenos, como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrendamentos e aluguéis	10.291	-
(-) PIS	(170)	-
(-) COFINS	(782)	-
	<u>9.339</u>	<u>-</u>

19 Custos operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Amortização direito de uso	(198)	-
Depreciação	(116)	-
Crédito de Pis/Cofins depreciação	10	-
Arrendamentos e Aluguéis	(37)	-
	<u>(341)</u>	<u>-</u>

20 Despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(638)	-
Serviços de Terceiros	(4.344)	(1.109)
Gastos Diversos	(210)	(72)
	<u>(5.192)</u>	<u>(1.181)</u>

21 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Financeiras		
Receita com aplicações financeiras	738	86
Outras receitas financeiras	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>740</u>	<u>88</u>
(-) Despesas Financeiras		
Multas e Acréscimos Moratórios	(73)	(1)
Ajuste a valor presente	(614)	(86)
Outras Despesas Financeiras	<u>(1)</u>	<u>-</u>
	<u>(688)</u>	<u>(87)</u>
	<u>52</u>	<u>1</u>

22 Provisão para demandas judiciais

A Companhia tem ações em andamento de naturezas cível no montante de R\$12.288 em 31 de dezembro de 2023 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022), envolvendo risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

23 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos.

23.1 Fatores de risco

23.1.1 Risco de mercado

(i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco,

as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e os contratos de certificados de recebíveis imobiliários, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Ao final do exercício, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (Nota explicativa nº 5)	141	5.361
Fundos Vinculados (Nota explicativa nº 6)	4.421	63.788
Empréstimos e financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota)	104.520	98.150
Passivo de arrendamento (Nota explicativa nº 16)	5.123	1.594

(ii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras e Certificados de Recebíveis Imobiliários sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2024 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro de 2023) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2024. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2024.

Exposição R\$	31/12/2023					
	Risco	%	Cenário Provável (I)	Cenário II (+/- 25%)	Cenário III (+/- 50%)	
Aplicações financeiras (Nota explicativa nº 5)	141	Baixa CDI	11,65%	16	4	8
Fundos Vinculados (Nota explicativa nº 6)	4.421	Baixa CDI	11,65%	515	129	258
Financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 14)	104.520	Alta IPCA	4,62%	4.829	1.207	2.414
Arrendamentos a pagar (Nota explicativa nº 16)	5.123	Alta IGPM	-3,18%	(163)	(41)	(81)

23.1.2 Risco de crédito

A Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas ou com terceiros. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações financeiras (Nota explicativa nº 5)	141	5.361
Fundos Vinculados (Nota explicativa nº 6)	4.421	63.788
Contas a receber (Nota explicativa nº 7)	1.787	-
Partes relacionadas (Nota explicativa nº 9)	5.496	-

A Companhia não possui risco de crédito por tipo de contraparte e as aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

23.1.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

	<u>Valor contábil</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6 a 12 meses</u>	<u>1 a 2 anos</u>	<u>2 anos em diante</u>
Fornecedores (Nota explicativa nº 13)	918	918	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota explicativa nº 16)	104.520	3.743	4.453	11.721	84.603
Passivo de arrendamento (Nota explicativa nº 16)	5.123	342	342	684	3.755
	<u>110.561</u>	<u>5.003</u>	<u>4.795</u>	<u>12.405</u>	<u>88.358</u>

23.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

A Companhia monitora o capital com base no índice de estrutura de capital. Esse índice corresponde à dívida bruta expressa como percentual do capital total. A dívida bruta, por sua vez, corresponde ao saldo total devedor dos certificados de recebíveis imobiliários e/ou obrigações contraídas no mercado financeiro e de capitais. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida bruta.

A seguir o índice de estrutura de capital em 31 de dezembro de 2023:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Empréstimos e financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota	104.520	98.150
Dívida Bruta (A)	104.520	98.150
Total do patrimônio líquido	65.108	38.833
Total do capital (B)	169.628	136.983
Índice de estrutura de capital - % (A/B)	<u>62%</u>	<u>72%</u>

24 Instrumentos financeiros por categoria

24.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativos financeiros	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Valor justo por meio do resultado:							
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	5	141	141	Nível 2	5.361	5.361	Nível 2
Fundos Vinculados	6	4.421	4.421	Nível 2	63.788	63.788	Nível 2
Contas a receber	7	1.787	1.787		-	-	
		<u>6.349</u>	<u>6.349</u>		<u>69.149</u>	<u>69.149</u>	
Passivo financeiros							
Custo amortizado:							
Fornecedores	15	918	918		132	132	
Arrendamentos a pagar	18	5.123	5.123		1.594	1.594	
Partes relacionadas	9	2.707	2.707		-	-	
Financiamentos	16	104.520	104.520		98.150	98.150	
		<u>113.268</u>	<u>113.268</u>		<u>99.876</u>	<u>99.876</u>	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

25 Cobertura de seguros

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, obras de construção civil, instalação e montagem relacionados aos seus ativos operacionais, especificamente as suas Usinas Fotovoltaicas. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil e danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada abaixo:

Coberturas (R\$ mil)	2023	Vigência
Risco Engenharia	81.358	25/10/22 a 02/07/25
Seguro Garantia	14.849	20/09/22 a 01/07/25
Seguro Patrimonial	19.462	27/09/23 a 27/09/24